

Ambição de bombeiros

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

O presidente Lula denunciou nas Nações Unidas a falta de ambição dos líderes mundiais. Na verdade, eles têm ambição limitada a apagar incêndios imediatos dentro de seus respectivos países. Não estão prontos para grandes problemas da humanidade e do planeta, nem para construir o futuro no longo prazo. A política ficou mundial, mas a democracia continua nacional e imediatista. A civilização ficou planetária, mas o interesse do eleitor continua imediatista e vinculado ao seu país, elegendo governantes com ambição de bombeiro para seus problemas e não estadistas para a humanidade.

As Nações Unidas se reúnem como se o mundo ainda fosse a soma dos países sem o entendimento atual de cada país ser a soma do mundo. A humanidade precisa de governantes com ambição para formular e construir um novo tipo de progresso, mas o eleitor se mantém em busca de bombeiros locais.

Bombeiros estão entre as mais nobres profissões. São absolutamente necessários, mas insuficientes: não constroem, nem tomam as medidas para impedir repetição de erros incendiários. Os governos não se justificam, limitam seu papel a controlar incêndios, sem construir futuro melhor para a humanidade.

Nessas últimas semanas, o governo brasileiro tem passado a ideia de bombeiro, limitando suas ações a apagar incêndios que não conseguiu evitar. As reuniões que faz são no sentido de mostrar ativismo para barrar a imensa onda de fogo que destrói nossas florestas, não para definir políticas que protejam as matas no futuro, ainda menos para utilizá-las como fonte de riqueza sustentável.

O Ministério do Meio Ambiente parece ter sucumbido ao espírito bombeiro, esquecendo seus sonhos de desenvolvimento sustentável. Todo esforço limitado à tentativa de parar os incêndios. Como se o ministério só existisse agora para isso e ninguém tivesse alternativa para depois que o fogo for controlado. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que deveria aproveitar a janela mundial de oportunidade para formular o ambicioso plano

de metas da era digital e ecológica, parece assistir ao trabalho dos bombeiros enquanto outros acirram o fogo.

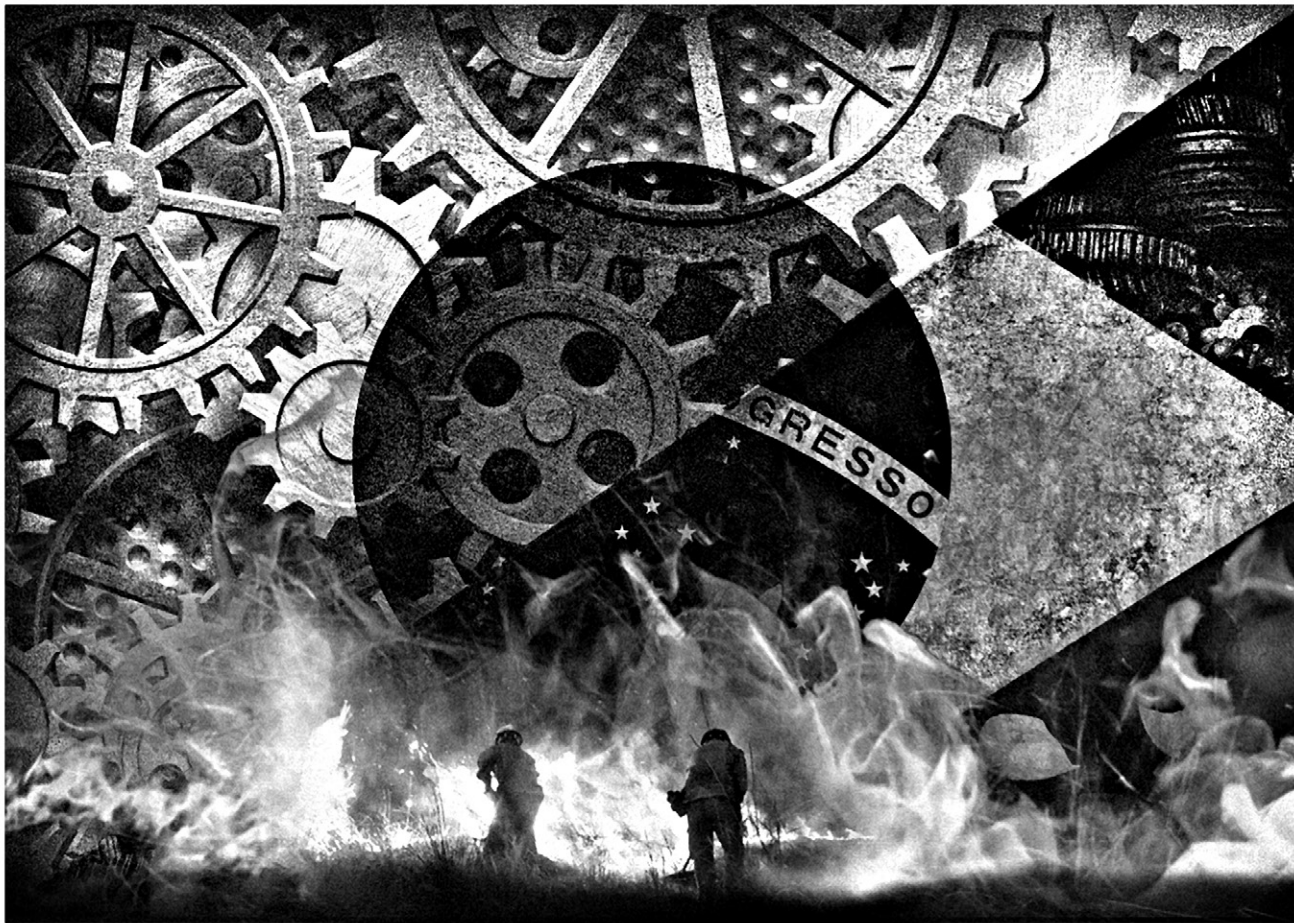
Na mesma semana em que denuncia a falta de ambição de seus colegas, o presidente Lula comemorou o aumento da produção de petróleo e acena para autorizar a exploração de novos poços no litoral próximo à Amazônia. De olho nos votos locais na próxima eleição, senadores que antes defendiam a liderança do Brasil para um mundo com desenvolvimento sustentável, agora indicam que a exploração de combustível fóssil na Amazônia é necessária para aumentar a renda local, mesmo sabendo que essa riqueza não fica localmente e que suas consequências se espalham pelo planeta, trazendo de volta os efeitos das mudanças climáticas que acirram os incêndios. Além de não construir o futuro, estamos agindo como bombeiros piromaniacos: provocando o fogo que dizemos combater. Com elevado custo econômico para não perder votos e por falta de proposta alternativa.

O governo parece se comportar como bombeiro no presente e incendiário para o futuro. Não apenas no que se refere à crise ambiental e aos incêndios nas florestas. Na área de educação, mitiga a desigualdade nas escolas de base, com cotas e bolsas, mas sem agir para construir

um robusto sistema nacional de educação de base com qualidade e equidade. Tenta reduzir o incêndio da penúria com aumento do programa Bolsa Família, mas sem uma estratégia de médio e longo prazo para eliminar a persistência da pobreza, nem para tirar o Brasil da armadilha que amarra nossa produtividade e a renda média, nem para distribuir com justiça a renda gerada. No social, o governo se comporta como bombeiro, sem uma estratégia construtora de longo prazo. O mesmo pode-se dizer da economia, tratada para apagar os incêndios do dia, inflação, déficit público, taxa de juros, mas sem formulação de longo prazo.

Olhando para o passado recente, temos um governo que pelo menos joga água para apagar incêndios, mas não dá sinais de ter uma bússola apontando para o futuro, nem quais as ferramentas necessárias para construí-lo. É possível que o governo bombeiro tenha êxito contra o fogo nas florestas antes mesmo de as chuvas chegarem, e seus ministros comemorem como vitória deles, mas, como disse o Lula na ONU, sem ambição para apresentar medidas estruturais. Sem ambição até mesmo para quem propõe ir além da ambição de bombeiro: apagar fogo. Felizmente, os bombeiros ficaram de prontidão: mas Lula tem razão, é preciso mais ambição, inclusive dele.

MAURE



Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Na contramão do bom senso

Por insistir em querer trafegar na contramão do bom senso, vamos nos tornando uma nação cada vez mais *sui generis*, vista aos olhos do mundo como um povo exótico e avesso aos valores que fizeram do mundo Ocidental o que ele é hoje. De tão espertos que acreditamos ser, cometemos erros e crimes que acabam por prejudicar a nós mesmos — afinal, vivemos em sociedade: o que acontece à unidade afeta todo o conjunto.

Somos, por exemplo, submetidos a rigorosas leis de trânsito e a multas caras e irrecorríveis por quaisquer distrações, como conduzir um carro com um farol queimado ou placa pouco legível. Mas as mesmas autoridades que agem com firmeza contra os motoristas são aquelas que, há décadas, permitem que os profissionais de limpeza sejam conduzidos, por toda a cidade e em grandes velocidades, perigosamente pendurados na traseira imunda e insalubre dos caminhões de lixo.

Para os mais céticos, essa diferenciação no trato de prevenção de acidentes de trânsito, com dois pesos e duas medidas, parece não se aplicar às empresas de limpeza urbana, tampouco aos carros dos próprios departamentos de trânsito, que estacionam seus veículos onde bem entendem e até sobre os gramados e áreas verdes. Quando as leis passam a diferenciar os cidadãos, alguma coisa não vai bem, ou nas leis ou nos cidadãos.

Em nosso caso, a esperteza é tamanha que não nos damos conta de que estamos assaltando a nós mesmos. Os jornais de todo o país têm mostrado que, de acordo com levantamento feito pelo Banco Central sobre o que chamam de mercado de apostas, mais de 5 milhões de beneficiários do programa Bolsa Família torraram nada menos do que R\$ 3 bilhões em apostas on-line, com cada titular desse benefício social gastando em torno de R\$ 100 por aposta.

Isso não é motivo para cassar o benefício. Afinal, essa medida iria prejudicar os proprietários dessas casas de jogos de azar, que, somente em agosto, amealharam R\$ 21 bilhões. Nas pequenas cidades do interior do Nordeste e do Norte, é conhecida a rotina dos titulares desses cartões de benefício. Assim que chega o aviso de que se está pagando o Bolsa Família, imediatamente se formam longas filas em frente às agências. Nessas filas, é comum encontrar os donos de botecos, que, de cartão em punho, vão receber o pagamento mensal pendurado no bar por seus clientes. Note que o cartão fica nas mãos do dono do bar, e não do titular, que o entrega como garantia de que, no mês seguinte, continuará bebendo às custas da viúva.

Assim, entre apostas em jogos e consumo de cerveja ou cachaca, lá se vão os recursos assistencialistas bancados por cada um de nós. Fiscalizar, nos moldes corretos, essa montanha de dinheiro desperdiçado, obviamente causa constrangimentos políticos de toda a ordem, e isso pode prejudicar a imagem dos benfeitores da política, ainda mais em tempos de eleições municipais. Antigamente, acreditava-se que o dinheiro que vinha fácil, fácil também era desperdiçado, pois o valor das coisas era dado pelo esforço em adquiri-las. Esse sentido se perdeu no tempo, vítima do populismo e da ação nefasta dos pais da pátria. Aqueles que ousam chamar a atenção para esse ralo sem fundo por onde escoam o dinheiro público são taxados de tudo o que não presta, menos de pessoas de bom senso.

Outras notícias vão dando conta de que o governo local vai construir um hospital veterinário público em Sobradinho. Nada contra a proposta. Só que, nesse caso, a primeira impressão que surge é que os serviços médicos de atendimentos à população nos hospitais e nos postos da rede pública já atingiram o patamar de excelência, não sendo mais necessário aperfeiçoar o atual modelo de saúde.

Para uma cidade em que 60% dos lares têm animais de estimação, essa parece ser uma boa medida. Assim, você opta por criar seu animal de estimação e nós, os contribuintes, iremos arcar com as despesas médicas e, quem sabe, até com os futuros planos de saúde para seus pets. Para um país dotado de uma história próxima ao surrealismo fantástico, não surpreende que o valor dado hoje aos animais irracionais chegue a superar o valor conferido aos próprios seres humanos.

»A frase que foi pronunciada:

“O dinheiro mal ganhado, água deu, água levou.”

Cantiga do povo

Telefonemas ou lei?

» Se o quiosque do piscinão já colocou um andar de grade e ninguém reclamou, deixa assim. Se o pessoal do Clube do Choro toca em uma entrequadra e alguém reclamou, então procura-se um argumento para retirar o grupo do local.

»História de Brasília

Não será hoje a Assembleia Geral do Banco do Brasil e, sim, no dia 25. Um dos assuntos a ser tratado será o da gratificação de 50% que recebem os funcionários que residem em Brasília. (Publicada em 18/2/1962)

É preciso qualificar o debate sobre a EaD

» LÚCIA TEIXEIRA

Doutora em psicologia da educação e presidente do Simesp, entidade que representa instituições de ensino superior do Brasil

O Brasil enfrenta um debate em relação à qualidade da educação a distância (EaD) e existem algumas constatações que precisam ser equacionadas no marco conceitual do ensino superior para que a questão possa resultar em benefício efetivo para o país.

A primeira delas é que a maioria da população que almeja ingressar no ensino acadêmico não consegue ter acesso devido ao limitado número de vagas oferecidas pelas universidades públicas e por não ter poder aquisitivo para arcar com os custos das mensalidades dos cursos presenciais. A segunda é que nem o aprendizado presencial nem a EaD são inerentemente bons ou ruins. Existem diferentes maneiras de adoção das duas modalidades e há uma gama de opções para satisfazer as necessidades de um contingente diversificado de estudantes, incluindo aqueles que não foram bem atendidos pela aprendizagem presencial no passado.

A terceira é que a qualidade da educação a distância engloba aspectos que influenciam diretamente a experiência educacional do aluno a partir da adoção de modelos que considerem, por exemplo, as diversas perspectivas de presencialidade, os tipos de entrega de atividades síncronas e assíncronas, a caracterização da carga horária e do curso, os recursos tecnológicos e didáticos, o papel dos polos e o grau de satisfação, empregabilidade, engajamento e segurança do aluno proporcionado pelo ambiente digital.

Neste momento, está mais do que evidenciado que a EaD, com mensalidades muito baixas, possibilita o aumento do acesso sobretudo para pessoas com 30 anos ou mais de idade, e que essa redução de mensalidades e custos não pode prejudicar a qualidade. Portanto, o que deveria orientar o debate não é

a metodologia de educação a distância, mas, sim, a definição do conceito de qualidade da EAD, a sua interatividade e, principalmente, a revisão dos instrumentos de avaliação capazes de aferir esses atributos.

É imperioso lembrar que os resultados das avaliações in loco e os indicadores calculados a partir do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) não parecem mais ser suficientes para responder se os cursos têm ou não qualidade. Em virtude das deficiências formativas dos alunos oriundos do ensino básico, sobretudo da rede pública, as instituições de ensino superior sempre realizaram, por meio dos seus projetos pedagógicos e de seus professores, um enorme esforço para capacitar e nivelar os alunos ingressantes nessas condições a uma realidade de formação de nível superior, além de promover o engajamento desses estudantes.

Um modelo de ensino baseado em aulas assíncronas, com menor acompanhamento pedagógico, seria capaz de suprir as deficiências dos alunos ingressantes? Considerando que a maioria dos alunos da EaD está na faixa etária acima de 30 anos — ou seja, está há mais tempo distantes do ensino médio —, pode ser ainda mais complexo responder a essa questão.

É preciso considerar que, no contexto contemporâneo do ensino superior, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, os cursos a distância assumem um papel crucial na democratização do acesso à educação e potencializam o ensino superior, multiplicando as possibilidades de oferta. A utilização da tecnologia e a adoção da EaD ampliam o leque de modelos de aprendizagem, permitindo um olhar personalizado que respeite as características individuais de cada estudante. Ambas são capazes de multiplicar as trilhas formativas, respeitar os

diferentes ritmos de aprendizagem e conectar os estudantes sem a barreira da distância. Isso, sem dúvida, é evolução, é melhoria de qualidade na formação.

Um ponto de observação importante é que, apesar do forte crescimento da EaD nos últimos 10 anos, o percentual de jovens matriculados no ensino superior não avança. Considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e do Censo da Educação Superior, o percentual em 2018 era de 18%, e em 2022 chegou a apenas 18,9%.

Está claro que, além do debate sobre a qualidade da EaD, é preciso entender que esse modelo não atrai o público mais jovem e que apenas continuamos a perpetuar a exclusão da grande maioria dos alunos carentes ao ensino superior. A escassez de políticas públicas com programas de auxílio estudantil e de bolsas aos que não podem pagar ou até mesmo a não aplicação das poucas já existentes aumentam a dimensão das questões inerentes ao tema.

Um Grupo de Trabalho criado pelo Simesp, integrado por especialistas que atuam em renomadas instituições ensino superior, acaba de enviar para a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação (MEC) um documento contendo uma análise aprofundada das dimensões da qualidade para cursos de EaD, com o objetivo de auxiliar na compreensão e criação de um novo arcabouço legal para a educação a distância no Brasil.

Temos que considerar toda essa série de aspectos ao avaliarmos o papel crucial assumido pela EaD na democratização do acesso à educação superior no país, para que as consequências do debate sobre o assunto não sejam ainda mais drásticas para o desenvolvimento do ensino superior brasileiro.